Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

# GÊNERO E SEXUALIDADE:

## Lugares, história e condições

2

Atena Editora
Ano 2022

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

# GÊNERO E SEXUALIDADE:

## Lugares, história e condições

2

Atena Editora
Ano 2022

**Editora chefe**
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
**Editora executiva**
Natalia Oliveira
**Assistente editorial**
Flávia Roberta Barão
**Bibliotecária**
Janaina Ramos
**Projeto gráfico**
Bruno Oliveira
Camila Alves de Cremo
Daphynny Pamplona
Luiza Alves Batista
Natália Sandrini de Azevedo
**Imagens da capa**
iStock
**Edição de arte**
Luiza Alves Batista

2022 *by* Atena Editora
*Copyright* © Atena Editora
*Copyright* do texto © 2022 Os autores
*Copyright* da edição © 2022 Atena Editora
Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.
*Open access publication by* Atena Editora

Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**
**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS
Atena Editora
Ano 2022

Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Atena Editora
Ano 2022

**Diagramação:** Daphynny Pamplona
**Correção:** Yaiddy Paola Martinez
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga
**Revisão:** Os autores
**Organizador:** Ezequiel Martins Ferreira

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

G326 Gênero e sexualidade: lugares, história e condições 2 / Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0281-7
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.817222605

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Ferreira, Ezequiel Martins (Organizador). II. Título.

CDD 306.765

**Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166**

**Atena Editora**
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

# APRESENTAÇÃO

A coletânea *Gênero e sexualidade Lugares, história e condições,* reúne neste segundo volume onze artigos para problematizar as relações de gênero na contemporaneidade.

A partir da virada do século XIX para o XX, com o advento da Psicanálise, estudando a histeria e se questionando sobre o que quer uma mulher, e com as discussões em torno das Ciências Sociais e Humanas, que procuravam encontrar um lugar social para os homens e mulheres, e sobretudo, com o advento das pesquisas culturais e feministas, indagando sobre a participação dos grupos minoritários na sociedade, as pesquisas sobre sexualidade e gênero ganham espaço nos meios acadêmicos.

Do questionamento sobre como se constrói uma mulher, à despatologização da homossexualidade, e à luta pela igualdade de direitos, um leque infinito de possibilidades discursivas é aberto, na tentativa tanto de remediar os efeitos danosos de intolerância e tradicionalismo, quanto de construção de subjetividades impares.

Espero que pela leitura dos textos que se seguem, uma abertura crítica sobre a diversidade das possibilidades de leituras sobre a questão do gênero surja para cada leitor.

Uma boa leitura a todos!

Ezequiel Martins Ferreira

## SUMÁRIO

**CAPÍTULO 1 ..... 1**
A FUNÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DE MULHERES NEGRAS BENZEDEIRAS E REZADEIRAS MORADORAS DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA/MINAS GERAIS
Teresinha de Jesus Ferreira
Antônio Marcos de Oliveira Siqueira
**https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226051**

**CAPÍTULO 2 ..... 10**
AGORA É QUE SÃO ELAS: UM ESTUDO SOBRE O EMPODERAMENTO DE MENINAS E A IGUALDADE DE GÊNERO NO ENSINO MÉDIO
Josélia Rita da Silva
Rafael Soares Salles
**https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226052**

**CAPÍTULO 3 ..... 28**
RESSIGNIFICAÇÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
Anna Christina Freire Barbosa
**https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226053**

**CAPÍTULO 4 ..... 40**
PATRIARCADO, *INSTAGRAMMERS*, RELAÇÕES DE CONSUMO: UM OLHAR DISCURSIVO SOB PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS
Sara Asseis de Brito
Icléia Caires Moreira
**https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226054**

**CAPÍTULO 5 ..... 64**
O LUGAR DA PROSTITUTA NO OCIDENTE: APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE O TRABALHO SEXUAL
Rosemary Fernandes Correa Alencar
Gabriela Ramos Miranda
Vanessa Mairla Lima Braga
Tania Cristina Cardoso
Jayna Pereira Fontes dos Santos
Leula Campos Silva
Maria Almira Bulcão Loureiro
Ana Cassia Martins Ribeiro Cruz
Alda de Nàtia Martins Bottentuit
Nicanor Urbano Pinheiro de Sousa
Gilvania Batista Santos
Elzimar Costa Rodrigues
**https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226055**

**CAPÍTULO 6**.....**79**
MULHERES/AMANTES: REPRESENTAÇÕES SOBRE A CONDIÇÃO DE SER A "OUTRA"
Maria Jorge dos Santos Leite
Alexsandra Dias Pereira
**https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226056**

**CAPÍTULO 7**.....**89**
IMPACTO DEL ACCIONAR DEL CENTRO DE EMERGENCIA MUJER EN LA VIOLENCIA DE GÉNERO DE LA MUJER DEL ALTIPLANO PERUANO
Juana Victoria Bustinza Vargas
**https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226057**

**CAPÍTULO 8**.....**102**
HOMOSSEXUALIDADE E O DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE: REFLEXÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL
Victor Hugo Milagres
Lara Fieto de Toledo
Lana Francischetto
Ísis Micaelly de Oliveira Morais
**https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226058**

**CAPÍTULO 9**.....**110**
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE
Kathleen dos Santos Silva
Brenda de Lima Pinto da Silva
Beatryz Andrade Lira
Katiuscia Kintschev
Zaira de Andrade Lopes
**https://doi.org/10.22533/at.ed.8172226059**

**CAPÍTULO 10**.....**122**
A VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA NO ESTATUTO TEÓRICO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES DE PERSPECTIVAS FEMINISTAS PARA UM ESTUDO DO TRANSFEMINICÍDIO E DA PRECARIEDADE SOCIAL DE MULHERES TRANS
Silvana Marinho
**https://doi.org/10.22533/at.ed.81722260510**

**CAPÍTULO 11**.....**134**
ANÁLISE DOS EFEITOS JURÍDICOS E SOCIAIS DOS PROJETOS DE LEI APRESENTADOS EM SANTA CATARINA CONTRA GRUPOS IDENTITÁRIOSTRANSGÊNEROS
Maria Lis Cardoso
Luiz Harley Caires
**https://doi.org/10.22533/at.ed.81722260511**

**SOBRE O ORGANIZADOR**.....**158**

**ÍNDICE REMISSIVO**.....**159**

# CAPÍTULO 10

# A VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA NO ESTATUTO TEÓRICO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES DE PERSPECTIVAS FEMINISTAS PARA UM ESTUDO DO TRANSFEMINICÍDIO E DA PRECARIEDADE SOCIAL DE MULHERES TRANS

*Data de aceite: 02/05/2022*

**Silvana Marinho**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Brasil. Pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Intervenção em Políticas Públicas de Gênero (LIEIG/NEPP-DH UFRJ). Membra da Comissão Temática Gênero, Etnia e Diversidade Sexual do CRESS/RJ. Conselheira suplente do Conselho Estadual LGBTI do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES

**RESUMO**: Este estudo vincula-se à pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, cujo tema trata da transfobia como uma expressão da violência de gênero, tanto no âmbito interpessoal, quanto societal, entendidas como esferas que se interpenetram. A compreensão teórico-política da violência transfóbica como fenômeno complexo de discriminações, negações de direitos e violências, no plano micro e macrossocial, consubstanciado pelo sistema dominação-exploração da modernidade colonial (cisheteropatriarcado, capitalismo/imperialismo, racismo), é refletida à luz da condição de precarização/precariedade na qual se inscrevem as mulheres trans. O esforço do estudo, a partir de uma perspectiva feminista marxista apoiada nas abordagens interseccionais e nas epistemologias descoloniais, busca oferecer pistas que ajudem a ampliar a lente para os processos transfóbicos cotidianos e sistemáticos que falam de uma exclusão estrutural de pessoas trans, e, que, portanto, operam como possíveis determinantes para uma violência tansfóbica letal, que chamarei de *transfeminicídio,* de modo a qualificar o fenômeno social. Assim, a pesquisa pretende descortinar as inúmeras violências baseadas no gênero que precedem violências domésticas, espancamentos, linchamentos, violência sexual e assassinatos, pois compõem as tessituras das condições de precarização/precariedade a que estão expostas as mulheres trans, tornando-as vulneráveis a uma vida de violência.

**PALAVRAS-CHAVE**: Mulheres trans. Violência de gênero. Transfobia. Transfeminicídio. Feminismos.

## TRANSPHOBIC VIOLENCE IN THE THEORETICAL STATUS OF GENDER VIOLENCE: CONTRIBUTIONS FROM FEMINIST PERSPECTIVES TO A STUDY OF TRANSFEMINICIDE AND SOCIAL PRECARIOUSNESS OF TRANSGENDER WOMEN

**ABSTRACT**: This study is linked to the doctoral research of the Post-Graduation Program in Social Work at UFRJ, whose theme deals with transphobia as an expression of gender violence, both at the interpersonal and societal levels, understood as interpenetrating spheres. The theoretical and political understanding of transphobic violence as a complex phenomenon of discrimination, denial of rights and violence, at the micro and macrosocial level, embodied by the oppression-exploitation system of colonial modernity (cisheteropatriarchate, capitalism

/ imperialism, racism), is reflected in the light of a the precariousness / precarity condition in which trans women se inscriben. The study effort, from a Marxist feminist perspective supported by intersectional approaches and decolonial epistemologies, seeks to offer clues that help broaden the lens for everyday and systematic transphobic processes that speak of a structural exclusion of transgender people, and which therefore, they operate as possible determinants for a lethal tansphobic violence, which I will call transfeminicide, in order to qualify the social phenomenon. Thus, the research aims to unveil the numerous gender-based violence that precede domestic violence, beatings, lynching, sexual violence and murder, as they make up the precariousness / precariousness conditions to which trans women are exposed, making them vulnerable to life of violence.
**KEYWORDS**: Trans women. Gender violence. Transphobia. Transfeminicide. Feminisms.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo procura desenvolver reflexões a partir do tratamento analítico da *violência transfóbica como uma expressão da violência de gênero,* que se realiza no âmbito pessoal, interpessoal e societal, entendidas como esferas que se interpenetram. Afinal, a compreensão da violência implica considerar a relação entre a dimensão objetiva e subjetiva e entre o sujeito e o social.

Tal tratamento analítico exige também apreender a violência de gênero como uma *violência estrutural*, histórica e sistemática, vinculada estruturalmente à *acumulação primitiva* (e permanente) do modo de produção capitalista e aos *processos de desumanização* da modernidade ocidental colonial. Ou seja, implica situar a violência de gênero na dinâmica histórico-concreta da *colonialidade global* (CURIEL, 2015), cuja chave de análise central é a da trilogia inseparável entre modernidade ocidental eurocêntrica, colonialismo e mundialização do capitalismo. Trilogia que estrutura as hierarquias raciais, sexuais, geopolíticas, de classe e de gênero – expressas concretamente na divisão internacional do trabalho que se dinamiza entre centro x periferia do capital – hierarquizando, portanto, quem é humano e quem é não humano.

Esse esforço teórico pode ser costurado tomando como referência a contribuição de diferentes teorizações feministas. Em face da incompletude de suas diferentes formulações, torna-se producente a utilização das contribuições dos diferentes feminismos, extraindo deles ferramentas analíticas importantes, uma vez que nenhuma teoria feminista conseguirá, sozinha, cumprir a tarefa de traduzir a complexidade dos fenômenos sociais e objetivar respostas estruturais no horizonte da luta feminista. Lembremos que as feministas sufragistas refutaram a ideia de indivíduo abstrato como masculino, trazendo as desigualdades entre homens e mulheres, especialmente no âmbito da cidadania política; as socialistas puseram em evidência as demandas das mulheres trabalhadoras, ao articularem gênero e classe social; e as negras, lésbicas, trans, terceiro-mundistas e decoloniais inseriram raça/etnia, sexualidade e origem territorial geopolítica norte/sul no centro do debate feminista, interpelando uma suposta universalidade feminina branca,

eurocentrada e (cis)heteronormativa (MARINHO, 2020a).

Como aqui se considera a violência transfóbica no escopo de uma violência estrutural, tratar da precariedade social é essencial para desvelar a transfobia como fenômeno complexo de discriminações, negações de direitos e violências, no plano micro e macrossocial. Permite, também, alargar o olhar para os processos transfóbicos sistemáticos que falam de uma exclusão estrutural de pessoas trans, que operam como possíveis determinantes para uma violência transfóbica letal, que chamo de *transfeminicídio,* de modo a denominar o fenômeno e fazer coro com o que reivindica o movimento de travestis e transexuais.

Merece assinalar que o termo trans está sendo utilizado, aqui, como aglutinador dessas identidades femininas não cisnormativas, pois vem operando como grande guarda-chuva no âmbito do movimento social, da academia e de políticas públicas. Nesse sentido, falar da identidade trans não prescinde de um debate sobre cisgeneridade como padrão normativo de gênero, cuidando-se para não se dicotomizar pessoas trans de pessoas cis, pois que, são relacionais.

Como diz Amara Rodovalho (2017), uma intelectual travesti, os termos cis e trans são, antes de tudo, metáforas. Porém, há nelas uma relação indissociável e uma dimensão política. A autora afirma que não é possível imaginar a utilização de um desses termos sem nos referirmos prontamente ao outro: se de um lado o "trans" significa além de ou aquilo que cruza; de outro, o "cis" vem em sua oposição, significando da parte de cá, deste lado; logo, aquilo que permanece num mesmo lado. A partir disso, e como travesti, Rodovalho (2017, p. 365) afirma que "o discurso médico, ao nomear como 'trans' a nossa maneira peculiar de existir, de reivindicar existência, automaticamente nomeou a outra maneira, a sua maneira, não-trans, como 'cis' ". Concordando com Rodovalho (2017), se a vivência trans (assim denominada) existe em função de uma vivência (normalizadora) não-trans, esta última também existe em função da primeira.

## EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS PARA O ESTUDO DA VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA

Para as reflexões deste artigo, a perspectiva feminista marxista é solo de análise, articulada a outras epistemologias feministas, em especial negra, interseccional, decolonial, lesbofeminista e transfeminista. No que se refere à interseccionalidade, ela se apresenta como ferramenta espistêmica poderosa para traduzir o fenômeno da violência de gênero, ademais de representar uma questão de atualidade científica e política. A perspectiva decolonial permite ampliar a lente de análise situando as formações sócio-históricas da *modernidade/colonialidade*, e a violência do *projeto intrusivo colonial* (capitalista, racista e heteropatriarcal) como *dimensão do sistema dominação-exploração*.

Em desacordo com o que assinala alguns escritos feministas, não considero que

exista uma antinomia entre marxismo e perspectiva decolonial na elaboração teórica acerca dos fenômenos sociais. Tomo como rigor para alcançar os fundamentos estruturais e estruturantes do fenômeno da violência de gênero, a ortodoxia do método marxista, e sua natureza ontológica (e não epistemológica), que, em última análise, significa desvelar a essência do ser social. E, nesse sentido, as epistemologias decoloniais e negras contribuem para a compreensão de que as relações sociais e as constituições do ser são marcadas por gênero, raça/etnia, sexualidade, nação e classe.

Nessa esteira, o reconhecimento de um sistema dominação-exploração é uma demarcação teórico-política, como desenvolvido pela feminista marxista, socióloga brasileira, Heleieth Saffioti (2004), para a qual a violência de gênero é expressão desse sistema, a partir do paradigma do patriarcado, em simbiose com o capitalismo e o racismo. Esse esquema de pensamento é fundamental, pois pensar de forma simbiótica essas três estruturas sociais, evidencia que não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista, já que são duas faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida (SAFFIOTI, 2004).

Tal analítica ganha contornos ainda mais potentes quando bebemos na fonte do feminismo negro, lésbico, decolonial e do marxista independente. Portanto, conforme o esquema de pensamento de Patrícia Hill Collins (2019), considero a existência de uma matriz de dominação que estrutura as relações sociais desiguais, que, sendo lida por Curiel (2015), envolve a compreensão de como o classismo, o colonialismo, o racismo, o patriarcado e a heterossexualidade interagem. A partir dessas variadas lentes feministas, o paradigma do patriarcado é então saturado de novas determinações, sendo desnudadas outras conexões que se apresentam ao conceito, oferecendo densidade de carga histórica e esquemas de pensamento mais complexos.

Para estas laudas, uma importante ancoragem no estatuto teórico e político da violência de gênero encontra-se nas reflexões feministas sinalizadoras da existência de uma sistemática *guerra contra as mulheres*, como as de Rita Segato (2016), antropóloga argentina e feminista decolonial, cuja tese é a de que a guerra às mulheres expressa a *pedagogia da crueldade*, uma estratégia de reprodução do sistema colonial moderno; e as de Silvia Federici (2017), historiadora italiana, feminista marxista independente, com a qual é possível conferir à violência de gênero *a carga histórica* da *caça às bruxas,* bem como *a sua atualidade* (MARINHO, 2020b). Afinal, o fenômeno da caça às bruxas não diz respeito apenas ao passado, ao contrário, guarda vínculos estruturais com a agenda mundial da globalização capitalista.

> Se aplicarmos, no entanto, as lições do passado ao presente nos damos conta de que a reaparição da caça às bruxas em tantas partes do mundo durante a década de 1980 e 1990 constitui um sintoma claro de um novo processo de "acumulação primitiva", o que significa que a privatização da terra e de outros recursos comunais, o empobrecimento massivo, o saque e o fomento de divisões de comunidades que antes estavam em coesão têm voltado a

fazer parte da agenda mundial (FEDERICI, 2017, p. 417).

Essa linha de raciocínio de Federici (2017) se deve à análise dos processos de acumulação primitiva sob uma abordagem feminista e de classe, elencando uma série de determinantes históricos, até então não estudados, que compuseram a crise do feudalismo e sua transição para o capitalismo. Além da expropriação do campesinato, pondo fim às sociedades comunais, e da conquista da América com o sistema escravagista, Federici (2017) examinou a caça às bruxas dos séculos XVI e XVII conferindo-lhe importância histórica e determinante para a acumulação primitiva. A partir desse achado histórico, apresenta a tese de que a caça às bruxas da Era Moderna interagiu, de forma estrutural, com a escravidão e os cercamentos para a constituição da acumulação capitalista, na qual a violência e a expropriação, praticadas pelas classes dominantes que então se formavam, ocorreram de maneira ainda mais severa sobre as mulheres, configurando uma histórica, sistemática e estrutural degradação das mulheres no curso do desenvolvimento do capitalismo, que se estende até hoje.

Temos, assim, um *processo permanente de caça às bruxas* que compreende uma série de violências direcionada às mulheres em sua extensa diversidade. Vários são os efeitos e impactos na vida das mulheres com a mercantilização das políticas sociais, com a privatização da educação e da saúde, com o controle capitalista global sobre a produção e a reprodução social e com o desmonte de direitos de cidadania e da já frágil democracia brasileira (MARINHO, 2020b).

## MULHERES TRANS: PRECARIEDADE SOCIAL, TRANSFEMINICÍDIO E RESISTÊNCIAS

Nos dias atuais temos nos deparado com um número alarmante de feminicídios no País, que segue sendo lembrado e comentado de maneira espraiada pelos telejornais, obtendo atenção do poder público no âmbito do legislativo, executivo e judiciário, desde a sua tipificação penal com a Lei 13.104, de 2015, apesar de uma série de inconsistências, fragilidades e retrocessos no escopo das ações governamentais do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), ocupado por uma pastora evangélica, cuja personalidade reúne uma série de posturas, falas e discursos francamente criticados por organizações nacionais e internacionais de direitos humanos.

Trata-se de um fenômeno social que merece toda a sua importância. Corpos femininos estão sendo eliminados. Porém, não só os corpos cis. É preciso que deixemos de lado o olhar cisgenerificante sobre o fenômeno. E, quando nos atemos às mulheres trans, percebemos que a realidade é ainda mais complexa e violadora de direitos, tendo em vista que o Estado não tem assumido a responsabilidade para com o mapeamento da violência transfóbica e seu respectivo enfrentamento. Diante dessa ausência, a Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil (Rede Trans Brasil), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBET) e

o recente Observatório da Violência contra Pessoas Trans na América Latina e Caribe (Observatório LAC) vêm realizando o mapeamento e o monitoramento de homicídios de pessoas trans no País, por meio de um esforço de levantamento de dados hemerográficos.

A publicação do Dossiê dos Assassinatos e da Violência contra Travestis e Transexuais Brasileiras de 2021, da ANTRA e do IBTE, inicia informando que:

> **Em 2020**, **o Brasil assegurou para si o 1º lugar no ranking dos assassinatos de pessoas trans no mundo**, com números que se mantiveram acima da média. Neste ano [...] **chegamos ao número de 175 assassinatos**, **todos contra pessoas que expressavam o gênero feminino em contraposição ao gênero designado no nascimento (**BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 7, negritos incluídos).

Isso corresponde a uma pessoa trans assassinada a cada dois dias. O ano de 2020, em contexto pandêmico pela Covid-19, foi o ano com maior número de assassinatos desde o início desse tipo de levantamento, há quatro anos. Além desse quadro, houve aumento de 50% nas tentativas de assassinato; 34% de suicídio no primeiro semestre; 45% de violência doméstica no primeiro semestre. E os ponto e vírgula seriam muitos num cenário exacerbado de violências. Conforme aponta o Dossiê:

> Nessa edição, veremos que aumentou o número de violência nas redes sociais, tentativas de assassinatos, suicídios e o número de assassinatos. **Notamos aumento em todos os cenários analisados,** seja em períodos bimestrais ou semestral, comparado ao mesmo período de 2019 (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 8, negritos incluídos).

Ao lermos os dados do atual Dossiê, conhecemos também que a média etária de pessoas assassinadas é entre 18 a 29 anos (54% delas). Ou seja, são as jovens trans as mais vitimadas, inclusive evidenciando uma idade inferior àquela já conhecida da expectativa de vida de travestis e transexuais brasileiras, que é de 35 anos. Dos 175 assassinatos contabilizados, 8 tinham entre 15 e 18 anos. Há que concordar com a análise do Dossiê: "o assassinato precoce é o início da tentativa de *destruição cistemática* de uma população. É a consolidação de *um projeto transfeminicida* em pleno funcionamento no país – e no mundo" (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 39, itálicos incluídos). Ou, nas palavras de Segato (2016), podemos entender tal realidade como a *pedagogia da crueldade*, que é aprendida e reproduzida, tendo a tolerância de um tecido social patriarcal. Uma violência que é a expressão do projeto das coisas – o projeto histórico do capital em sua fase apocalíptica – em detrimento do projeto dos afetos.

Vale ainda dar relevo para o perfil das vítimas, que se mostra em sua totalidade do gênero feminino. Isso quer dizer que 175 travestis e mulheres trans foram assassinadas em 2020. Aquelas que foram possíveis de serem identificadas e terem sua história contada, pois, o Dossiê chama a atenção para a expressiva subnotificação dos dados, contribuindo para a invisibilidade dessas mortes, ademais de ressalvar que homens trans também são assassinados, mas pela invisibilização dessa identidade e desconsideração em matérias

jornalísticas, esse marcador fica difícil de ser levantado.

A partir de uma preocupação interseccional, as autoras do Dossiê, Bruna Benevides e Sayonara Nogueira (2021, p.53) destacam que esse perfil conforma "a travesti ou mulher trans, negra, pobre, que é percebida dentro de uma estética travesti socialmente construída e, principalmente, profissionais do sexo que atuam na prostituição nas ruas".

Com efeito, o universo de pertencimentos de gênero vai interagir também com as diferentes formas de discriminações e preconceitos sentidas no cotidiano, uma vez que, inobstante a inexistência de dados socioeconômicos e culturais sobre a população trans, é possível falar em uma "pirâmide social das transdiversidades" (MARINHO; ALMEIDA, 2019, p. 124), na qual as identidades mais estigmatizadas estão na base, como as travestis. Elas se inscrevem em processos ainda mais precários de produção e reprodução da vida. Isso se explica, entre outros aspectos, porque existe uma representação social, científica e militante diferenciada, por exemplo, entre as identidades travesti e transexual, construída no decurso de uma história recente (nacional e internacional). Diferentemente do termo transexual, importado dos países da Europa e da América do Norte e há pouco tempo circulante no Brasil, a travesti é uma identidade da América Latina, constituída como um termo cultural de massa na sociedade brasileira para a pessoa que, designada homem ao nascer, adota o gênero feminino (LEITE JR, 2008); uma identidade que fora historicamente vinculada à imagem de violência, marginalidade e prostituição.

Diante de todo o exposto, cabe refletirmos sobre os elementos estruturais que explicam a precariedade social das mulheres trans e as diversas faces da violência transfóbica, bem como os processos de desumanização que sustentam o projeto de dominação-exploração cisheteropatriarcal, racista, capitalista e colonial, que ideologicamente, têm hoje, no pensamento neoconservador, na moralidade religiosa cristã e no familismo, sua principal argamassa para as reações antigênero, atifeminismo e antiLGTBTI, sob o discurso inventado da "ideologia de gênero". Esse projeto ganha materialidade nas práticas sociais, seja com as violências diretas, seja com a violação de direitos em face da desdemocratização brasileira em curso, enquanto projeto ultraneoliberal das elites globais imperialistas sobre os países de capitalismo periférico e dependente como o Brasil.

Para isso, é válido um exercício de pensarmos os paradoxos em torno do assunto mulheres trans, direitos e cidadania brasileira. O Brasil é signatário dos Princípios de Yogyakarta (Indonésia, 2006)[1], um marco internacional para o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans. Edificou uma história de agenda e planificação de políticas LGBTI+ no âmbito federal junto à sociedade civil – desde o Brasil sem Homofobia (2004), passando pelo Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2009), à criação do Conselho

1 Princípios sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero, cuja adoção ocorreu por unanimidade em reunião de 29 especialistas de 25 países na Universidade Gadjah Mada, em Yogyakarta, Indonésia, no ano de 2006. Eles afirmam normas jurídicas internacionais vinculantes, indicando a obrigação dos Estados de implementar os direitos humanos no campo da diversidade sexual e de gênero.

Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBTs (CNCD/LGBT). Entretanto, hoje, a atuação do poder público federal é desértica no sentido de garantia de direitos e volumosa no ataque simbólico e programático (especialmente do ponto de vista orçamentário) à população LGBTI+, desde o propalado discurso "menino veste azul, menina veste rosa" à perda de *status*[2] que a pasta da diversidade sexual e de gênero vem sofrendo no escopo do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

Um exemplo emblemático da violência simbólica e programática sentida pela população trans, é a extinção, por decreto, do referido CNCD/LGBT, em 2019, que fora instituído pelo Decreto nº 7388, de 9 de dezembro de 2010 (publicado em Diário Oficial da União em 10 de dezembro de 2010, Dia Internacional do Direitos Humanos), sendo composto por membros da sociedade civil e do governo, em paridade, com a finalidade de formular e propor diretrizes de ação governamental para a pasta LGBTI+. Hoje, encontra-se revogado pelo Decreto nº9883, de 27 de junho de 2019, publicado em Diário Oficial da União no dia 28 de junho de 2019, justamente no dia em que se comemora o Orgulho LGBTI+. É notória a diferença política e semiológica dessas duas publicações.

Além disso, cabe registrar o atual desfinanciamento sistemático das políticas públicas para mulheres e LGBTI+. Em 2020, o MMFDH gastou apenas 53% do seu orçamento, o que corresponde a um significativo impacto na consecução de ações pró direitos de mulheres e LGBTI+. Especialistas convergem para a entendimento de que esse quadro, a longo prazo, irá esvaziar o orçamento da pasta, conforme é apontado por Lola Ferreira (2021) da Gênero e Número. Ações e iniciativas direcionadas às pessoas trans, em âmbito federal, existem menos por recursos investidos diretamente pelo MMFDH, e mais por emendas parlamentares[3] que exigem, por lei, que o Ministério as execute.

No interior dos debates políticos e teóricos de tradição marxista e/ou de lastro à esquerda, é possível ouvir que vivemos uma democracia formal (porque burguesa), ou seja, temos liberdade e igualdade cívicas que coabitam a processos não democráticos e violadores de direitos. Porém, quando se toma como referência as pessoas trans, as igualdades cívicas e as liberdades nem mesmo se encontram no plano formal, uma vez que, antes, a pessoa trans mereceria o reconhecimento jurídico-político, e, este não tem sido o caso. Na verdade, elas "antes de reivindicar os direitos relacionados à sua pessoa,

2 Uma das primeiras medidas do governo antidemocrático e autoritário de Bolsonaro foi diminuir o *status* da pasta LGBTI+ no escopo do sistema nacional de proteção dos direitos humanos, como anteriormente estava assegurada. Assinada no dia de sua posse, em 2019, a Medida Provisória 870 (convertida em Lei nº13.844, de 2019), cuidou de retirar o segmento LGBTI+ das diretrizes das políticas públicas do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (cf. art.43), alocando-o, verticalmente, a um Departamento de Políticas LGBT (DPLGBT), que por sua vez está vinculado a uma Secretaria Nacional de Proteção Global (SNPG) do MMFDH.

3 A esse respeito, merece citar uma pesquisa nacional denominada *Estudo Nacional sobre os perfis Travestis e Transexuais*, coordenada pelo Núcleo de Estudos em Saúde Pública da Universidade de Brasília (Nesp/UnB), em parceria com o Laboratório de Educação, Informação e Comunicação em Saúde (LabECoS/UnB), que fora financiada pelo MMFDH por meio de emenda parlamentar disponibilizada pela deputada federal Talíria Petrone (PSOL). A proposta da pesquisa é mapear quanti e qualitativamente as pessoas trans no território nacional a respeito de suas condições e expectativa de vida, moradia, saúde, educação, trabalho e segurança. Vale dizer, ainda, que circulam atualmente notas de várias organizações do movimento social trans e LGBTI denunciando o fato da iniciativa não contemplar o diálogo e a participação das redes de pessoas trans, conforme publicou a ANTRA em seu site. Disponível em: https://antrabrasil.org/noticias/. Acesso em 28 de janeiro de 2021.

estão lutando para serem reconhecidas como pessoas" (TEIXEIRA, 2009, p. 32), a exemplo do não reconhecimento do nome social nos diversos espaços, equipamentos sociais e de saúde, órgãos públicos e privados, nas unidades de ensino e no trabalho.

Atualmente já temos uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de março de 2018[4], a qual permite a alteração de prenome e gênero de travestis e transexuais diretamente em cartórios, sem a necessidade de apresentação de laudos médicos e psicológicos, cirurgia de redesignação sexual ou mesmo retificação do registro civil via judicial. Porém, vem sendo acionado pelas pessoas trans com muitas dificuldades. Temos também uma série de decretos e normativas legais em diferentes jurisdições e naturezas institucionais sobre o reconhecimento do nome social, que, em síntese, expressa uma "gambiarra legal" e, por conseguinte, uma "cidadania precária" (BENTO, 2014), justamente por não avançarmos na elaboração de uma lei de identidade de gênero no País[5].

Como a democracia burguesa tem, tão somente, a aparência de civilidade, e em momentos de crise acaba por assumir feições de barbárie, à sociedade brasileira são computados números que demonstram o quão paradoxal tem sido o assunto mulheres trans e cidadania.

O Brasil continua sendo o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, segundo o ranking produzido pela ONG europeia *Transgender Europe* (TGEU)[6], cujo monitoramento alcança 71 países, ao passo que obteve nas últimas eleições o maior número de candidaturas trans (mais de 290), com expressivo êxito de candidatas eleitas ( totalizando 30 pessoas). Segundo Bruna Benevides, secretaria de articulação política da ANTRA, esse número representou um aumento de 275% de pessoas trans eleitas em relação a 2016 (mesmo pleito)[7]. Continua Benevides a informar que, dentre esse total, a maioria é travesti e mulher transexual (28 eleitas), sendo 2 homens trans eleitos; 41% não negras (pretas ou pardas); e 7 candidatas foram as mais votadas em suas cidades[8].

Esse tipo de paradoxo espantoso não para por aí, pois o Brasil também está no ranking daqueles que mais consomem pornografia de corpos trans. Como assinala Bruna Benevides (2020), em coluna na Revista Híbrida: "O Brasil, que nunca fica de fora dessa lista, demonstrou mais uma vez em 2019 o paradoxo de viver entre o desejo e o ódio em

4 A decisão passa a ter efeito mais recentemente com o Provimento nº 73, de 28 de junho de 2018, da Corregedoria Nacional de Justiça, o qual dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais. Ante a nova decisão, as pessoas trans buscavam a retificação de registro civil judicialmente, considerando a regra geral da Lei nº 6.015/1973, Lei dos Registros Públicos, da imutabilidade ou definitividade do nome civil, estando prevista sua alteração apenas por sentença judicial. Sugere-se consultar em : http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085.

5 Já existe uma iniciativa neste sentido, que é o Projeto de Lei João Nery (no 5002/2013), de autoria de Jean Wyllys (PSOL/RJ) e Erika Kokay (PT/DF), que, em 2019 foi novamente arquivado ao ir para a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, e, no presente momento, encontra-se devolvido à Coordenação de Comissões Permanentes (CCP).

6 De acordo com matéria de Giselle Cintra publicizada em 02 de fevereiro de 2021 na página News do FNPA Brasil, a saber: https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-travestis-e-pessoas-trans-no-mundo-alerta-relatorio-da-sociedade.

7 Cf. divulgado na página eletrônica da ANTRA, disponível em: https://antrabrasil.org/noticias/

8 Registremos seus nomes: Linda Brasil, Dandara, Tieta Melo, Lorim de Valéria, Duda Salabert, Titia Chiba e Paullete Blue.

relação às travestis e transexuais".

Os ataques de que temos noticiais às vereadoras trans, eleitas em São Paulo no último pleito[9], demonstram justamente que a politização de mulheres trans na esfera pública alterou as relações de poder. Ao politizar suas contendas sociais, desde o movimento de travestis e de transexuais dos anos de 1990, lançaram-se como sujeitos históricos e políticos na arena de luta por novas titularidades de direitos em face das perspectivas abertas com a Constituição de 1988. Em sua *práxis* política, o transfeminismo vem fazendo história como linha de pensamento e mobilização política frente aos conceitos de gênero e identidade, e, herdeiro do feminismo negro, vem também reelaborando a categoria universal de mulheres a partir da perspectiva interseccional, transformando os feminismos e fabricando novas realidades sociais (JESUS, 2013).

Contudo, a toda conquista de direitos, vemos uma reação conservadora. E a implementação de políticas públicas trans está cada vez mais retesada com uma tessitura social, política e econômica agudizada pelo projeto societário bolsonarista, que reúne, de forma simbiótica, uma gestão da vida social pelo discurso misógino, racista, LGBTfóbico e de ódio à militância pelos direitos humanos e ambientais, combinada às contrarreformas no campo dos direitos trabalhistas, sociais e previdenciários, a partir do entreguismo de nossas riquezas ao capital internacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nenhum fenômeno social é monocausal ou tem uma história linear. Assim é que este artigo se guiou a pensar a transfobia letal contra mulheres trans, aqui chamada de transfeminicídio, e os processos transfóbicos cotidianos e sistemáticos, violadores de direitos, que interagem com as condições de precariedade social a que estão expostas, informando ainda que a violência de gênero se consubstancia pelo sistema dominação-exploração da modernidade colonial (cisheteropatriarcado, capitalismo e racismo) e pela resistência que seus corpos operam contra às normativas desse sistema.

Descortinar os processos de discriminação e violência, a partir de uma perspectiva feminista, permitiu lançar luz às formas de resistência e autoafirmação das mulheres trans. Como todo projeto de dominação exige coerção e consenso (uma chave de leitura clássica da teoria política, presente em Maquiavel e em Gramsci, por exemplo), ele precisa da ideologia e da violência como formas de sustentação. Assim é que o uso da violência de gênero, como forma de manter a dominação, apresenta-se quando a ideologia patriarcal não se revela suficientemente disciplinadora (ALMEIDA, 2007). Destarte, do ponto de vista simbólico e material, é possível afirmar que a transfobia se realiza na medida em que as mulheres trans exercem resistência à matriz colonial e hegemônica de gênero, desde a sua

9 A saber: a vereadora Érika Hilton (Psol); a covereadora Carolina Iara, da Bancada Feminista (Psol); e a covereadora Samara Sosthenes, do mandato coletivo Quilombo Periférico (Psol). Disponível em: https://revistahibrida.com.br/2021/02/01/em-menos-de-uma-semana-tres-vereadoras-trans-sao-atacadas-em-sp/

circulação social em diferentes espaços de nossa sociabilidade, passando pelo movimento social organizado e a ocupação de cadeiras do poder legislativo.

## REFERÊNCIAS


ALMEIDA, S.S. Essa violência mal-dita. In: ALMEIDA, S.S (Org.). *Violência de Gênero e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007. p. 23-41.

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. *Instituições trans se posicionam sobre pesquisa que não inclui redes de pessoas trans*. Disponível em: https://antrabrasil.org/noticias/. Acesso: 28 Jan. 2021.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020***.** São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE, 2021, 136p.

BENEVIDES, B. Brasil lidera consumo de pornografia trans no mundo (e de assassinatos). *Revista Híbrida*. Ago/2020. Disponível em: https://revistahibrida.com.br/2020/05/11/o-paradoxo-do-brasil-no-consumo-de-pornografia-e-assassinatos-trans/. Acesso: 01 Fev. 2021.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. Contemporânea. São Carlos, v4, n1, p.165-182. Jan/Jun 2014. Disponível em: http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/197Acesso:29Jun.2020

CINTRA, G. Brasil é o país que mais mata travestis e pessoas trans no mundo, alerta relatório da sociedade civil entregue ao Fundo de População da ONU. *News UFNPA Brasil*. Brasília, 02 de fev/2021. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-travestis-e-pessoas-trans-no-mundo-alerta-relatorio-da-sociedade. Acesso: 04 Fev. 2021.

COLLINS, P.H. *Pensamento Feminista Negro*: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CURIEL, O. Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. In: AZKUE, I. M. *et al*. (orgs.). *Otras formas de (re)conocer*. Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista. Donostia: Universidad del País Vasco/Hegoa, 2015, pp. 45-60.

FEDERICI, S. *O Calibã e a Bruxa***:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante Editora, 2017.

FERREIRA, L. Pouco dinheiro gasto por ministério de Damares em 2020 impacta mulheres e LGBT+ e gera temor sobre futuro da pasta. *Gênero e Número*. Rio de Janeiro, 14. Jan. 2021. Disponível em: http://www.generonumero.media/orcamento-damares-2020-mulheres-lgbt/.Acesso:29 Jan. 2021.

JESUS, J. G. de. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10. Florianópolis, 2013. **Anais Eletrônicos [...]**. Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373329021_ARQUIVO_FEMINISMOEIDENTIDADEDEGENERO.pdf. Acesso: 02 set. 2020.

LEITE JR., J. *Nossos corpos também mudam*: sexo, gênero e a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em ciências Sociais). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica.

MARINHO, S.; ALMEIDA, G. Trabalho contemporâneo e pessoas trans: considerações sobre a inferiorização social dos corpos trans como necessidade estrutural do capitalismo. *Sociedade e Cultura*, Goiânia: UFG, v. 22, n. 1, p. 114-134, jan./jun. 2019. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/fcs//article/view/57888. Acesso: 29 Jun. 2020.

MARINHO, S. Feminismo(s) e cidadania feminina: o pensamento feminista como referência teórico-política à cidadania de mulheres em sua pluralidade. *Revista Eletrônica História em Reflexão*. Dourados, MS, v. 14, n. 28, Dossiê História das Mulheres, Gênero e Interseccionalidades, p. 20-48, Jul/Dez 2020a. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/12330/6209. Acesso: 04 Fev. 2021.

MARINHO, S. Mulheres trans, violência de gênero e a permanente caça às bruxas. *Argumentum*, Vitória (ES), UFES, v.12, n.3, p.86–101, set/dez. 2020b. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/31355/22394. Acesso: 03 Fev. 2021.

RODOVALHO, A. M. O cis pelo trans. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 2, jan./abr. 2017.

SAFFIOTI, H. I.B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SEGATO, R. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Suenos, 2016

TEIXEIRA, F. B. *Vidas que desafiam corpos e sonhos:* uma etnografia do construir-se no outro gênero e na sexualidade. Campinas, 2009, 243p. Tese (Doutorado em Filosofia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

## ÍNDICE REMISSIVO


### A

Abolicionismo 65

accionar 4, 89, 90, 94, 95, 98, 99

Amante 79, 80, 82, 84, 85, 86, 88

Amor 79, 81, 82, 84, 85, 87

A "Outra" 4, 79, 80, 84, 87

### B

Benzedeiras e rezadeiras 3, 1, 3

### C

Calidad de vida 89, 94, 95, 98, 99

Compromisso ético e político 111

Conhecimento tradicional 1, 7

### D

Direito 4, 7, 31, 32, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 53, 59, 60, 62, 63, 76, 77, 102, 106, 107, 108, 109, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 151, 155, 156

Direito à saúde 102, 106, 107, 108

Discurso 40, 41, 42, 43, 44, 48, 49, 53, 54, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 68, 70, 74, 124, 128, 129, 131, 132, 134, 136, 143

### E

Espaços coletivos 111

Estudos de gênero 111, 112, 114, 116, 117, 120

### F

Feminismos 48, 122, 123, 131

### H

Homossexualidade 2, 4, 75, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 142, 149

### I

Igualdade de gênero 3, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 27, 30, 33, 48, 87

## M

Mulher 2, 3, 12, 13, 14, 21, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 66, 70, 71, 74, 75, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 107, 108, 109, 116, 117, 118, 120, 121, 126, 128, 129, 130, 137, 146, 147, 151, 152

Mulheres trans 4, 122, 126, 127, 128, 130, 131, 133, 139, 151

## P

Patriarcado 3, 10, 11, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 58, 60, 63, 90, 125, 133

Política 1, 3, 7, 8, 10, 29, 31, 32, 37, 38, 70, 72, 75, 76, 82, 92, 103, 105, 106, 107, 108, 117, 122, 123, 124, 125, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 142, 150, 154

Políticas públicas 4, 28, 32, 36, 37, 66, 75, 102, 104, 106, 107, 108, 124, 129, 131, 145, 151, 154

Práticas religiosas afro-brasileiras 1

Preconceito 59, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 104, 107, 135, 143, 145, 149, 155

Prostituição 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 128

## R

Regulamentação 3, 65, 66, 71, 75, 76, 77, 102, 149

## S

Sociedade 2, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 21, 22, 27, 29, 30, 32, 33, 36, 37, 41, 43, 45, 46, 47, 51, 54, 57, 59, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 73, 77, 79, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 103, 104, 109, 111, 117, 119, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 138, 139, 144, 154

## T

Transfeminicídio 4, 122, 124, 126, 131, 138, 151, 155

Transfobia 122, 124, 131, 134, 135, 145

## V

Violência 3, 4, 12, 13, 14, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 48, 49, 50, 58, 60, 76, 87, 105, 109, 112, 119, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 138, 139, 142, 143, 148, 151, 152, 154, 156

Violência de gênero 4, 13, 14, 28, 29, 30, 31, 37, 39, 122, 123, 124, 125, 131, 133

Violencia familiar 89, 90, 92, 93, 94, 96, 97, 99, 100

Violencia física 89, 90, 91, 96, 99

Violencia psicológica 89

# GÊNERO E SEXUALIDADE:

## Lugares, história e condições

## 2

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2022

# GÊNERO E SEXUALIDADE:

## Lugares, história e condições

2

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2022